

## IRONIA E DERRISÃO NO DISCURSO SÓCIO-POLÍTICO DE GREGÓRIO DE MATOS E JOSÉ SIMÃO

Mariana da Cunha Lima Pereira<sup>1</sup> &  
Eliane Marquez da Fonseca Fernandes<sup>2</sup>

A partir da perspectiva teórica da Análise do Discurso, pretende-se, neste artigo, estabelecer relação entre discursos presentes na obra de Gregório de Matos, poeta barroco do período colonial – século XVII –, com os discursos das crônicas do José Simão, colunista contemporâneo do jornal Folha de São Paulo. Após observações feitas acerca da ironia na poesia de Gregório de Matos, considerou-se uma possível semelhança entre a crítica sócio-política realizada pelos dois autores.

Apesar de estarem em diferentes contextos sócio-históricos, ambos autores apresentam, em seus textos, aspectos irônicos e derrisórios sobre a política e a sociedade de suas épocas. Para verificar essas características, foi utilizado como *corpus* da análise a poesia “Define a sua cidade”, de Gregório de Matos, extraído do *Poemas escolhidos* (2010) e a crônica “Impostos” retirada da *Esculhambação Geral da República* (2011), de José Simão. Busca-se apreender, a partir da comparação entre as obras desses dois autores, as distintas direções discursivas que a crítica pode assumir, dependendo da ideologia apresentada.

A realização desta pesquisa exigiu a compreensão de noções básicas dos estudos de análise do discurso: sujeito; discurso; texto; ideologia; formação discursiva. Essas noções foram investigadas a partir das obras: *Análise de Discurso: princípios e procedimentos* de Orlandi(2002), e na *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos* de Courtine (2009).

Além disso, também fez-se necessário o conhecimento sobre polifonia, ironia e derrisão. O conceito de polifonia e ironia são expostos brevemente por Gedrat (2006). No entanto, a ironia é mais bem explicada nos estudos de Brait (1996). Ademais, o conceito de derrisão é detalhado por Bonnafous (2003), em *Mídia e Política: a cultura como espetáculo*.

Trata-se, portanto, de uma pesquisa de cunho bibliográfico, em que se buscou, em textos, a compreensão e o conhecimento acerca de elementos de análise do discurso. A partir da

---

<sup>1</sup> Graduanda da Faculdade de Letras da UFG. <marilima1991@gmail.com>

<sup>2</sup> Docente da Faculdade de Letras da UFG. <elianemarquez@uol.com.br>

interpretação da linguagem que constitui o discurso do *corpus* escolhido, a preocupação aqui é abordar a ironia e a derrisão supracitadas.

Alguns estudos acerca do discurso derrisório e irônico já foram realizados, assim como análise linguística da crônica de José Simão. Algumas investigações também já foram feitas, ao longo dos tempos, sobre a obra poética de Gregório de Matos – considerado, inclusive, o primeiro autor genuinamente brasileiro.

Em 2008, foi defendida no Curso de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina a dissertação de Maria Virginia Brevilheri Benassi (2008), intitulada “*Crônicas humorístico-opinativas de José Simão : a análise linguística na leitura*”. Nesse trabalho, objetivou-se analisar, sob uma perspectiva bakhtiniana, o gênero discursivo crônica jornalística opinativa, do colunista-humorista José Simão. No início de 2012, foi publicado na revista *Entrepalavras* o artigo “*Análise do discurso e derrisão: um caminho a percorrer*”, desenvolvido por Lígia Mara Boin Menossi de Araújo, em que o objetivo principal, além de ser detectar o funcionamento e a constituição do discurso derrisório, é também a tentativa de situar a derrisão no processo de desenvolvimento da Análise do Discurso, mas não é sobre José Simão.

Contudo, diferentemente, o presente artigo faz uma análise descritivo-comparativa – sob a perspectiva da ironia proposta por Brait (1996) ; sob a perspectiva da Análise do Discurso proposta por Orlandi (2002) e a perspectiva da derrisão que Bonnafous (2003) propõe. Nosso objetivo é analisar as aproximações entre a crônica de José Simão e a poesia de “Boca do Inferno”. Este estudo não foi desenvolvido ainda e visa estabelecer uma relação de semelhança entre os discursos político-sociais presentes na obra de dois autores, situados em diferentes momentos da história.

Este trabalho se divide em duas partes: a fundamentação teórica e a análise. A primeira parte, da teoria, subdivide-se em: um breve percurso histórico dos estudos de análise do discurso; uma conceituação das noções básicas citadas aqui inicialmente; um tópico que volta-se exclusivamente para o conceito de polifonia, ironia e derrisão. A segunda parte – da análise – preocupa-se em detalhar, a partir do estudo acerca da linguagem utilizada, o discurso derrisório e irônico dos autores em relação ao governo e aos impostos cobrados sobre os cidadãos.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

A Análise do Discurso (AD) é uma disciplina que não trata da estrutura gramatical ou da língua em si, mas do discurso. O discurso é carregado de múltiplos efeitos de sentido, e foi pensando nas relações entre sentido e contexto histórico que se deu início aos estudos da linguagem relacionados à análise do discurso.

Orlandi (2002) defende que no início do século XX (1920/30), os formalistas russos abriram espaço na linguística ao focalizar o estudo do texto, buscando uma lógica no encadeamento

do todo. Presentiam no texto uma estrutura que possuía uma lógica interna. Até então, os estudos visavam ao estabelecimento de relações entre os elementos da frase e a maneira de abordagem era a análise de conteúdo.

A análise de conteúdo difere da análise do discurso: a primeira procura compreender “o quê” o texto quer dizer, enquanto a segunda se interessa em “como” é dito para gerar determinado sentido. Portanto, a AD procura interpretar o que está dito e interpretar o que historicamente permitiu a construção do que foi dito e como se chegou àquela significação.

Os autores embaixadores dos estudos da AD foram Jakobson (1963) e Benveniste (1966), na Europa, e o norte-americano Harris, autor no artigo *Discourse analysis* (1952), considerado o marco inicial dessa linha de pesquisas. Mas também, deve-se considerar que a Análise do Discurso como uma disciplina de entremeio tem ligações na Psicanálise (noção de sujeito), na Linguística (análise da língua) e na Teoria Marxista (o homem faz história) (ORLANDI, 2002).

Esses estudos de meados do século XX, que são base para a pesquisa deste artigo, envolvem determinados conceitos que são fundamentais para sua compreensão. Os primeiros que vamos discutir são as concepções de sujeito e de ideologia.

Podemos dizer que ideologia é “a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos” (ORLANDI, 2002, p.46). Sua principal característica é a dissimulação da sua existência dentro do seu próprio funcionamento. Todo discurso é carregado de ideologias que ficam camufladas sob o caráter subjetivo em determinada formação discursiva.

Os indivíduos são interpelados pela Ideologia, sendo, portanto, a ela assujeitados. Nessa concepção, o sujeito é o indivíduo porta-voz da Ideologia, o indivíduo que se sujeita àquela, a qual o domina. Logo, para que haja sujeitos, é necessária a Ideologia, e esta, por sua vez, só existe no sujeito. (GEDRAT, 2006, p. 129)

Conforme afirma Gedrat (2006), a ideologia está no inconsciente das pessoas, que ingenuamente não têm conhecimento de estarem totalmente dominadas por ela. Se um indivíduo possui crenças e ideias, suas atitudes e seu discurso refletem tais valores.

Todavia, para Orlandi (2002), “a ideologia aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história para que haja sentido. [...] O efeito ideológico elementar é a constituição do sujeito.” (ORLANDI, 2002, p. 48) Assim vista, a ideologia é função da relação necessária entre linguagem e mundo. Para que haja sentido, é preciso que a língua se inscreva na história, dentro da relação simbólica com o mundo. O sentido é, portanto, uma relação do sujeito com a história. Ao mesmo tempo em que essa é a marca da subjetividade, é também o aspecto da relação da língua com a exterioridade: não há discurso sem sujeito, nem sujeito sem ideologia.

A respeito do conceito de discurso, Orlandi (2002, p.71) afirma, retomando as ideias de Pêcheux, que “o discurso é uma dispersão de textos cujo modo de inscrição histórica permite definir como um espaço de regularidades enunciativas, diríamos enunciativo-discursivas.” Logo, o discurso aparece constituído de enunciados dispersos entre si, inseridos em determinados contextos histórico-ideológicos de formação discursiva. Orlandi (2002, p.71) acrescenta ainda que “o discurso, por princípio, não se fecha”, pois trata-se de um processo dinâmico e instável, que está sempre em movimento. Observamos assim que o discurso é uma prática de linguagem e não apenas um conjunto de textos, frases ou enunciados.

Segundo Fiorin (2008, p.20), “os enunciados são irrepetíveis, uma vez que são acontecimentos únicos, cada vez tendo um acento, uma apreciação, uma entonação próprios”. A prática discursiva pode ser então compreendida como múltipla e diversa, afinal um discurso nunca é único, pois o sujeito enunciativo não produz o mesmo discurso mais de uma vez.

Confirmamos essa ideia em Bakhtin/Volochinov (2006) que considera a enunciação como um momento de utilização da língua, localizada em tempo e espaço definidos. Enquanto o enunciado pode se repetir, a enunciação não se repete, pois cada vez em que se produz, a ideologia do sujeito enunciativo é materializada em um outro momento e outras condições.

Portanto, pegamos a definição básica de discurso proposta por Orlandi (2002, p.21), que não o vê como simples transmissão de informações ou pensamentos, mas sim como um processo complexo que relaciona a constituição dos sujeitos e a produção de sentidos influenciados pela língua, pela história e pela ideologia: “o discurso é efeito de sentidos entre locutores”.

[...] o texto, visto na perspectiva do discurso não é uma unidade fechada [...], pois ele tem relação com outros textos (existentes, possíveis ou imaginários), com suas condições de produção (os sujeitos e a situação), com o que chamamos sua exterioridade constitutiva (o interdiscurso: memória do dizer). (ORLANDI, 2004, p.54)

O autor afirma, nesse excerto, que o texto sob a perspectiva do discurso pressupõe uma historicidade. Isso quer dizer que a leitura de um texto, considerado como discurso, traz consigo ideias de outros textos, escolhas subjetivas do autor e a sua relação com a realidade exterior.

Após a compreensão desse conceito, podemos dizer que o discurso pode ser (e, na maioria das vezes, é) “atravessado por várias formações discursivas” (ORLANDI, 2004, p.56). A primeira aparição do termo “formação discursiva” está datada em 1969, na obra *Arqueologia do Saber* de M. Foucault, que não obteve a atenção merecida da Análise do Discurso. No entanto, Michel Pêcheux (1975) extraiu o termo dessa obra e se apropriou, conceituando-o de maneira mais voltada para a AD.

Contudo, Courtine (2009, p.70) mostra que “na *Arqueologia* há elementos que superam os obstáculos os quais, nos trabalhos de Pêcheux, como na AD em geral, são encontrados nas operações de constituição de um corpus discursivo em CP [condições de produção] homogêneas”.

Assim, a noção de formação discursiva (FD) é fundamental para os estudos de Análise do Discurso, pois compreende o processo de produção dos sentidos e a relação desse processo com a ideologia. Além disso, o conceito de FD permite estabelecer, no funcionamento do discurso, algumas regularidades.

Para Orlandi (2002, p.43), “a formação discursiva se define como aquilo que determina o que pode e deve ser dito”. A partir dessa definição, a FD pode ser compreendida sob dois pontos: o primeiro considera a metáfora como princípio dos sentidos; o segundo prevê a significação distinta entre palavras iguais, mas em formações discursivas diferentes. Enquanto o primeiro defende que os sentidos são determinados ideologicamente e não são estabelecidos por propriedades da língua, mas dependentes das relações constituídas pelas formações discursivas; o segundo ponto argumenta que se deve observar as condições de produção do discurso que remetem a uma formação discursiva específica para compreender o sentido do que ali está dito.

Pode-se, sinteticamente, concluir até aqui que o sujeito (com toda sua carga histórico-ideológica) não é único, ocupa várias posições enunciativas, e insere-se em diferentes formações discursivas, havendo, dessa maneira uma dispersão do sujeito. Essa dispersão, por sua vez, produz uma heterogeneidade que constitui o próprio discurso.

Entende-se que o princípio da heterogeneidade parte da ideia de que a linguagem é heterogênea em sua constituição; e, como o discurso, em sua materialidade, é de natureza linguística, é contraditório não considerá-lo também heterogêneo. A análise do discurso divide duas maneiras de heterogeneidades no discurso: a heterogeneidade mostrada e a constitutiva (ou marcada e não-marcada). A primeira ocorre explicitamente, através de mecanismos que mostram o que é exterior ao discurso. A segunda refere-se ao interdiscurso.

[...] a memória discursiva também faz parte das condições de produção do discurso. De fato, ela é tratada como o interdiscurso (heterogeneidade discursiva), o “estoque” de significados preexistentes, já ditos, de onde a cada formação discursiva seleciona seus dizeres. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada. (GEDRAT, 2006, p. 150)

Gedrat define interdiscurso nesse excerto, relacionando-o com a memória discursiva e a heterogeneidade constitutiva. Mas falar em heterogeneidade é mais complexo que parece, pois alude, principalmente, ao reconhecimento de diferentes vozes conforme exposto na polifonia de Bakhtin (2006). Esse autor foi o primeiro estudioso a elaborar os conceitos de heterogeneidade e polifonia, ele defendeu a ideia de que todo texto é heterogêneo, constituído por várias vozes

(polifônico), e reconfigurado por outros textos que lhe dão origem, dialogando com ele e retomando-o.

A polifonia é um fenômeno linguístico gerado pelas diversas perspectivas do enunciado – multiplicidade de vozes ideologicamente distintas –, que ocorre quando é possível distinguir, no mínimo, dois tipos de personagens numa mesma enunciação – fundamentalmente os enunciadores (autores efetivos, falantes) e os locutores (responsáveis pelo enunciado).

Segundo Bakhtin (2006), a polifonia é parte essencial de toda enunciação, visto que ocorrem, em um mesmo texto, diferentes vozes que se expressam, e que um mesmo discurso é formado por diversos discursos distintos. Então, Bakhtin emprega o conceito de polifonia para descrever o fato de que o discurso resulta de uma relação de diferentes vozes.

Com base nessa mesma perspectiva, Bakhtin desenvolve o conceito de dialogismo. Uma das características principais desse conceito é criar a ideia de polifonia como unidade do mundo, na qual a reabilitação do coletivo se faz via linguagem, sendo constante e necessária a presença do outro. Na concepção bakhtiniana, a linguagem é uma realidade intersubjetiva e essencialmente dialógica, em que o indivíduo é sempre atravessado por ideologias cristalizadas pela coletividade. Todo dialogismo é travado por relações entre enunciados que fazem sentido. Porém, não se deve confundir dialogismo com polifonia, pois o dialogismo é o princípio do diálogo constitutivo da linguagem, enquanto a polifonia se caracteriza por vozes polêmicas em um discurso.

A ironia pertence à heterogeneidade discursiva e é produzida quando o locutor assume a enunciação das palavras, mas não admite o que elas representam no processo enunciativo. Segundo Fiorin (2000), a ironia ocorre quando o enunciador diz algo que deve ser compreendido como seu contrário. Dessa maneira, torna-se possível a leitura em perspectivas distintas, havendo, assim, mais de uma “voz” em superposição no discurso irônico. A ironia é, pois, um mecanismo que ilustra a relação polifônica entre os atores do discurso.

Brait (1996, p.14) afirma que:

[...] a ironia, seu efeito humorado, tanto pode revelar-se via um chiste, uma anedota, uma página literária, um desenho caricatural, uma conversa descontraída ou uma discussão acirrada, espaços “institucionalizados” para o aparecimento de discursos de humor, quanto em outros, como a primeira página de um jornal sério e que não tem por objetivo divertir seus leitores.

Se identificarmos a ironia como processo discursivo intertextual – na medida em que se relaciona com o exterior, com outros textos, dialogando, aludindo ou mesmo se opondo –, como propõe Brait (1996), é possível defini-la como confluência de discursos ou cruzamento de vozes e, decorrentemente, como canal instaurador da polifonia. O procedimento irônico compromete-se com o fato de sugerir variedade de significados dentro de um esquema marcado pela ambiguidade.

Fiorin (2000, p. 56) estabelece a figura retórica da ironia como a oposição entre o que foi dito com o que se pretendia fazer compreender. Assim define que “quando se afirma no enunciado e se nega na enunciação, estabelece-se a figura que a retórica denominou antífrase ou ironia”.

Brait (1996) complementa os aspectos definidores da ironia, situando-a ainda como instrumento auxiliar no desvendamento de valores morais, culturais e sociais de uma dada sociedade. Pela ironia, as culturas podem registrar suas formas de viver as estruturas do real.

Já a derrisão conceitua-se como a crítica demolidora, aquela que visa a esculhambação, a depreciação do objeto criticado. Bonnafous (2002) define os recursos derrisórios como uma linha tênue entre o humor e a ironia ou a associação do cômico e da agressividade que a caracteriza e a difere da injúria. A derrisão é, contudo, uma estratégia enunciativa que não se reduz apenas ao humor. Baronas (2005, p.106) estabelece a derrisão “como um gênero textual, cuja temática centra-se em questionar por meio da sátira a ordem estabelecida e/ou os valores largamente cristalizados em nossa sociedade”. Dessa maneira, compreende-se que ela tem função de crítica social realizada através do humor.

No entanto, deve-se atentar para a diferença entre a ironia e a derrisão. Enquanto a primeira subverte o que se pretende dizer, deixando implícitas as ideias centrais, a segunda assume o que se pretende dizer e diz explícita e comicamente, atenuando as possíveis represálias de seu dizer.

Afinal, os textos escolhidos como *corpus* para análise desse artigo, por mais despreziosas sátiras que pareçam, sabemos que o discurso humorístico é acima de tudo crítico, principalmente no caso do humor político, como os presentes na poesia de Gregório de Matos e na crônica de José Simão. É possível detectar nos discursos de ambos a presença da ironia e da derrisão acima conceituadas.

## ANÁLISE

A primeira das crônicas que compõem *A esculhambação geral da República*, de José Simão (2011), intitulada “Impostos”, pode ser considerada uma crítica carregada de derrisão. Já o poema “Define sua cidade”, da antologia *Poemas escolhidos*, de Gregório de Matos (2010), é uma crítica social carregada de ironia a fim de gerar um discurso derrisório.

A crônica e a poesia supracitadas foram escritas em épocas distintas: uma é contemporânea, do século XXI; a outra está situada no século XVII. O distanciamento temporal já indica que o sistema econômico e o sistema político são outros, totalmente diferentes. Mas ambos os textos têm o mesmo conteúdo temático, voltado para a crítica sócio-política composta através da derrisão e, afinal, denunciam o roubo praticado pelos governos e sofrido pelos cidadãos em relação a impostos.

O conteúdo da poesia satírica de Gregório de Matos retrata a situação em que se encontrava o comércio açucareiro na Bahia (à base de troca) e a exploração imposta por Portugal. Os “dous ff que compõe a Bahia” são o “furtar”, que se refere à ação dos colonizadores, e o “foder”, que se refere à população baiana, os colonizados. Dessa forma, o poema, por meio do deslocamento de significante (furtar; foder) e significado (Portugal, metrópole; Brasil – Bahia - , colônia), diz, a grosso modo que nessa relação, Portugal roubava e o Brasil se dava mal. Deve-se ressaltar que o autor utiliza a Bahia como metonímia que representa todo o Brasil, afinal Salvador ainda era capital do país, que, por sua vez, era pouco explorado até então.

Ademais, na segunda estrofe – mais especificamente no 4º e no 11º versos (Recopilou-se o direito,/no trato, que aqui se encerra) – a derrisão fica evidente, pois refere-se a um acordo estabelecido que ocasionou no estreitamento dos direitos da colônia. Indignado com a situação, Matos considera ineficaz a explicação dada pelo governo em relação ao trato estabelecido que impunha desigualdade de direitos entre colônia e metrópole, e diz que “quem o recopilou com dous ff o explicou” (versos 5º e 6º). Em outras palavras, Matos considera que só há explicação para o acordo através dos dois ff – o roubo dos colonos e a ignorância (ou submissão) dos nativos da terra – que compõem a Bahia.

Em seu prefácio crítico, Wisnik (2010) estabelece uma relação entre o conteúdo – sátira ao comércio, à troca – e a forma – “trocas poéticas” –, referindo-se ao uso que Gregório fazia da forma em função da intenção do conteúdo da sua sátira. Essas “trocas poéticas”, a que Wisnik se refere, são cheias de “truques, trocadilhos, jogos paronomástico” (WISNIK, 2010, p. 25), como pode ser exemplificado no poema analisado através do jogo entre o uso da locução ‘dous ff’ para referir-se à composição da Bahia e o uso das palavras parônimas (cujo som é semelhante, mas o sentido é diferente) ‘furtar’ e ‘foder’, em que o autor atinge o objetivo de sua crítica, pois estabelece um trocadilho (jogo de palavras com forma parecida, mas significado oposto, que gera ambiguidade, contradição) a respeito da formação da ‘cidade Bahia’, que resume a população baiana a dois polos extremos – os que furtam (portugueses) e os que se fodem (brasileiros).

Além do trocadilho entre as palavras supramencionadas, há também um trocadilho em relação à composição de Bahia no verso “Se de dous ff composta”(14º), pois no verso “errada a ortografia”(16º) alude à estrutura da palavra Bahia e não do Estado, essa alusão é comprovada nos versos “Bahia tem letras cinco / que são B-A-H-I-A, / logo ninguém me dirá / que dous ff chega a ter”(26º, 27º, 28º, 29º).

Portanto, é nessa “série de deslocamentos de significante e significado” (WISNIK, 2010, p.25) acima mencionada que Gregório constrói sua poesia satírica.

Na poesia de Gregório de Matos trava-se a luta de duas sociedades, cada uma delas absurda perante a outra. O bacharel [...] parece tão absurdo

diante da realidade da Bahia quanto a realidade da Bahia é absurda aos olhos do bacharel. (WISNIK, 2010, p. 24)

A sátira declara uma guerra inexorável a fim de combater um mundo cheio de injustiças e desigualdades. O poeta barroco do século XVII, utiliza-se do mecanismo da ironia para compor a poesia que aqui está sendo analisada, bem como todas de suas três linhas de produção (sátira, amorosa e sacra). A palavra é um instrumento que o autor usa sabiamente na produção da derrisão que pretende focar em sua obra. Escreve, por assim dizer, com intuito de denunciar, criticar, satirizar e revolucionar a situação da sociedade na época.

A derrisão principal do discurso de Gregório de Matos, aqui investigado, refere-se aos colonizadores portugueses como ladrões e à população do Brasil como idiota, passível de ser enganada. O autor critica assim a tolice dos brasileiros diante da corrupção do governo, rebaixando a sociedade à ignorância e zombando do sistema econômico, imposto no país pelos exploradores.

Entretanto, os problemas denunciados pelo poeta perpetuam até hoje na sociedade. Gregório critica os altos impostos que Portugal cobrava do Brasil, quando este ainda era colônia daquele. Porém, com a independência em 1822, os brasileiros apenas mudaram o destino de seus impostos exorbitantes – da corte portuguesa aos governantes da nação. O cronista moderno José Simão também denuncia de maneira derrisória essa contínua situação. Bem-humorada e despreziosa, a sua crônica “Impostos”, como o próprio título já diz, trata-se de uma derrisão a respeito da realidade fiscal do país atual.

No primeiro parágrafo, Simão define o brasileiro indiretamente ao definir Cristo como natural ou habitante deste país: vive fazendo milagre, anda sem dinheiro e se ferra na mão do governo. Observa-se, estampada logo no início da crônica, a crítica ao sistema socioeconômico e político que sustenta a sociedade brasileira, colocando a população como vítima.

Assim, como Gregório de Matos, o autor também brinca seriamente com as palavras quando escreve: “Chegou o ano fiscal: IPVA, IPTU, IR, I... ME FERREI! Rárárá. É o IMF, Ih me ferrei! Brasil, um inferno. Um inferno fiscal!” Cria-se um novo imposto que retrata a condição do cidadão deste país. Como a sigla de praticamente todos os impostos começa com a letra “i”, o autor então usa a sigla “IMF” para inventar um novo imposto, o “Ih, me ferrei!”, satirizando e, ao mesmo tempo, denunciando derrisoriamente – quando se refere ao país como “inferno fiscal” – a situação econômica a que estão expostos os cidadãos brasileiros.

Nessa mesma linha de trocadilhos e de jogos sonoros com as palavras, o autor brinca com o nome da árvore símbolo do Brasil – o ipê. Ele diz que janeiro é seu mês (há uma relevância quanto ao mês que inaugura o ano, pois os impostos são cobrados geralmente nessa época). Simão alude ironicamente aos impostos que iniciam-se com IP: “IPÊVA, IPÊTU, IPÊI e IPÊTENSÃO!”

O último vocábulo não é um imposto, mas sim uma doença que gera pressão arterial alta – e o autor sugere que será devido a tanta conta pra pagar.

O trocadilho e o jogo paronomástico que Simão elabora na sua linguagem discursiva são detectáveis também no terceiro e no nono parágrafos de sua crônica. No terceiro, o cronista denomina o fenômeno da contribuição anual como “espetáculo fiscotécnico” que é sucedido do “espetáculo pirotécnico do réveillon”. A semelhança entre os sons dos significantes – “fisicotécnico” e “pirotécnico” – é utilizada com o intuito de aproximar o significado de ambas as palavras, porque em seguida explica que os fogos de artifício que são estourados no show (pirotécnico) da virada do ano são comprados com dinheiro dos impostos pagos pelos cidadãos (espetáculo fisicotécnico). Ironicamente, o autor dialoga com o leitor (brasileiro) – representação da polifonia – e satiriza que a “estrela roxa”, que estourou sobre ele no réveillon, era o IPVA que ele pagou explodindo.

No nono parágrafo, o jogo sonoro é feito entre as palavras “tributo” e “triputo”. É um neologismo do articulista para qualificar o estado em que seu amigo fica junto à obrigação de pagar tantas taxas: “triputo da vida”, ou seja, três vezes mais do que “puto da vida” – expressão empregada quando há muita indignação diante de algum fato da vida, no caso o preço pago aos altos impostos. Simão explora o prefixo morfológico “tri” na elaboração de suas ideias quando se refere à etimologia da palavra tributo explica que é “porque vem de três em três”, explorando mais uma vez a derrisão em seu discurso sobre os preços exorbitantes que são tributados da população.

O mecanismo da intertextualidade também é utilizado por Simão no quarto parágrafo, quando alude a uma matéria lida no jornal que relata a cobrança de IPVA a um cidadão que não possui automóvel. Além do intertexto, a ironia também é aplicada a fim de criticar o fato e apontar para os impostos abusivos. O escritor sugere, derrisoriamente que a cobrança do IPVA está sendo feita sobre skate e similares, sendo sarcástico diante da corrupção desmedida e da desorganização do governo em relação aos governados. Outrossim, o autor denuncia o alto preço cobrado sobre o IPVA, denominando-o de “HIPER-VA” (o prefixo “hiper” elucida a proporção elevada do preço do imposto cobrado sob veículos) e definindo-o como “impagável”, subvertendo o sentido do termo. Enfim conclui, estampando a derrisão, que é melhor “vender o carro pra pagar o IPVA!”, visto que não compensa ter um automóvel pelo qual o sujeito deve pagar um alto preço em impostos para que o mantenha legalmente.

Em uma outra perspectiva, a referência ao IOF é feita com o objetivo de rebaixar os cidadãos e de criticar derrisoriamente o fato de eles pagarem os impostos sem nenhuma indagação, sem nenhum questionamento. Relata que o “IOF está sendo chamado de imposto dos burros”, que o povo paga relinchando: “IOOOOF”. Com essa onomatopeia que se assemelha ao relinchar do

animal – denominação dada em sentido conotativo à pessoas desprovidas de inteligência –, Simão subestima e critica a submissão da população brasileira.

O discurso de Simão atinge o máximo de indignação sobre corrupção no 11º§. De maneira irônica, o autor usa a sigla “PAC” (Programa de Aceleração do Crescimento) para gerar sentidos demolidores acerca do programa do governo federal brasileiro que engloba um conjunto de políticas e que tem como objetivo acelerar o crescimento econômico do Brasil. Com isso designa-o como “Programa de Ajuda ao Contribuinte” que precisa ser lançado – outra representação da polifonia presente no discurso de Simão. Na hipótese de não ter a solicitação atendida, o locutor revolta-se e ameaça “entrar em rebelião”, decide não “pagar porra nenhuma”, definindo assim um novo imposto, o “IPN: Imposto de Porra Nenhuma!”. Joga cáusticamente com as siglas e os sentidos discursivos.

Observamos assim, que José Simão não se aproxima de Gregório de Matos apenas no conteúdo temático de suas obras, mas também em seus trocadilhos, brincadeira com a linguagem, com as palavras e seus sons, bem como a postura crítica que os dois se propõem ocupar. Outra semelhança sistemática é quanto à linguagem informal e vulgar – próxima da oralidade – utilizada por ambos, com o uso de palavras chulas (como por exemplo “foder” em Gregório, “ferrar”/“porra” em Simão) a fim de, além de interagir com o leitor, aproximar a linguagem da situação de roubo vivida pelos cidadãos e da derrisão elaborada pelos autores.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa desenvolvida durante a produção deste artigo visou à retomada dos principais conceitos que englobam a Análise do Discurso. Para isso, foi necessária a elaboração de um breve percurso teórico sobre esses estudos quando o pensamento percorre, basicamente, a linha francesa. A partir das ideias de Pêcheux (1975), reelaboradas por Orlandi (2002), o trabalho faz um apanhamento de vários conceitos que determinam o caminho para uma análise de discurso.

Além dos conceitos-chave reproduzidos, os conceitos de ironia e derrisão como mecanismos de polifonia presentes na heterogeneidade discursiva também foram trabalhadas de forma a focalizar o que se pretendia identificar na obra de Gregório de Matos e de José Simão.

A comparação na análise dos discursos desses autores detectou, através da literatura, semelhanças significativas na crítica sócio-política de diferentes (e distantes) períodos da história do Brasil. As semelhanças envolvem o jogo feito com a linguagem, com o som das palavras, bem como o tema e o aspecto derrisório de suas críticas.

Enfim, pode-se concluir, a partir da investigação elaborada, que os problemas socioeconômicos e políticos do Brasil estão estigmatizados e cristalizados nos pilares que

sustentam a sociedade. De maneira praticamente histórica, o discurso de ambos autores analisados retratam, através da ironia e da derrisão, esses problemas mencionados.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, L.M.B.M. *Análise do discurso e derrisão: um caminho a percorrer*. Revista Entrepalavras, Fortaleza - ano 2, v.2, p. 39-59, 2012.
- BAKHTIN, M. (VOLOCHINOV) (1929). *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara F. Vieira. 12 ed., São Paulo: Hucitec, 2006.
- BARONAS, R.L. *Derrisão: um caso de heterogeneidade dissimulada*. Revista Polifonia, nº10. EDUFMG: Cuiabá, p. 99-111, 2005.
- BENASSI, M.V.B. *Crônicas humorístico-opinativas de José Simão: a análise lingüística na leitura*. 2008. 138 fls. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2008.
- BRAIT, B. *Ironia em perspectiva polifônica*. Campinas, SP: Unicamp, 1996.
- BRAIT, B. *O texto irônico: fundamentos teóricos para leitura e interpretação*. Revista do Mestrado em Letras da UFSM (RS), p. 11-28, 1997.
- BONNAFOUS, S. *Sobre o bom uso da derrisão em J.M. Le Pen*. In: GREGOLIN, M.R. (org.). *Discurso e Mídia: A cultura do espetáculo*. São Carlos, SP: Claraluz, 2003. p. 35-48.
- COURTINE, J.J. *Análise do discurso político: a propósito do discurso comunista dirigido aos cristãos*. Trad.: Cristina de Campos Velho Birck et al. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2009.,
- FIORIN, J.L. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Ática, 2008.
- FIORIN, J.L. *Elementos de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2000.
- GEDRAT, D.C. *Análise do Discurso*. In: FLÔRES, O; KARNOPP, L.B.; GEDRAT, D.C. *Teorias do Texto e do Discurso*. Canoas: ULBRA, 2006. p. 123-159.
- MATOS, G. *Poemas escolhidos*. Organização, seleção e prefácio de Miguel Wisnik. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2010.
- ORLANDI, E.P. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Campinas, SP: Pontes, 2004.
- ORLANDI, E.P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2002.
- SIMÃO, J. *A Esculhambação Geral da República*. Rio de Janeiro: Agir, 2011.

## ANEXOS

## DEFINE A SUA CIDADE.

Gregório de Matos

De dous ff se compõe  
esta cidade a meu ver,  
um furtar, outro foder.

Recopilou-se o direito,  
e quem o recopilou  
com dous ff o explicou  
por estar feito, e bem feito:  
por bem digesto, e colheito  
só com dous ff o expõe,  
e assim quem os olhos põe  
no trato, que aqui se encerra,  
há de dizer, que esta terra  
de dous ff se compõe.

Se de dous ff composta  
está a nossa Bahia,

errada a ortografia  
a grande dano está posta:  
eu quero fazer aposta,  
e quero um tostão perder,  
que isso a há de perverter,  
se o furtar e o foder bem  
não são os ff que tem  
esta cidade a meu ver.

Provo a conjetura já  
prontamente como um brinco:  
Bahia tem letras cinco  
que são B-A-H-I-A,  
logo ninguém me dirá  
que dous ff chega a ter,  
pois nenhum contém sequer,  
salvo se em boa verdade  
são os ff da cidade  
um furtar, outro foder.

## IMPOSTOS

José Simão

Todo mês de janeiro a gente tem prova de que Cristo era brasileiro: vivia fazendo milagre, andava sem dinheiro e se ferrou na mão do governo.

Ah, é começo de ano? ME MATE UM BODE! Chegou o ano fiscal: IPVA, IPTU, IR, IH... ME FERREI! Rarará. É o IMF: Ih, Me Ferrei! Brasil, um inferno. Um inferno fiscal!

É o espetáculo fiscotécnico, depois do espetáculo pirotécnico do réveillon. Pensa que os fogos são de graça? Já vem tudo embutido no imposto. Sabe aquela translumbrante estrelona roxa que você achou linda? Era o seu IPVA! Era o seu IPVA explodindo! Rarará!

E janeiro é o mês da árvore símbolo do Brasil, o ipê: IPÊVA, IPÊTU, IPÊI e IPÊTENSÃO! De tanta conta pra pagar, já tô ficando ipertenso!

Esse país é muito louco. Olha o que eu li no jornal: “Estado de São Paulo tá mandando IPVA até pra quem não tem carro.” Vai ver tão cobrando IPVA de skate, carrinho de bebê, carrinho de rolimã, patins e andador! E um cara recebeu IPVA de um carro que foi sinistrado em 1990. Isso que é SINISTRO!

E o governo vai cobrar IPVA de pneu também? Se for assim, fico devendo pro resto da vida. Todo Natal eu engordo uns dez quilos! Como disse um amigo meu: “Engordei tanto que meus pneus só queimam em incineradora industrial.” Rarará!

O IPVA agora tá sendo chamado de HIPER-VA! Não é nem mais super, é hiper! Dizem que o IPVA está impagável, e o carro, IMPLACÁVEL! IPVA é Imposto Para Vários Amigos. Agora tem que fazer vaquinha pra pagar o IPVA. Pagar imposto da carona. É como diz o outro: meu carro desvaloriza ano a ano, e o imposto sobe ano a ano. Então, vende o carro pra pagar o IPVA!

Já o IOF tá sendo chamado de imposto dos burros. IOOOOOF! IOOOOOF! Parece que tá relinchando! Paga relinchando!

E eu acho que o governo vai tributar até o Carnaval. É o ITE: Imposto sobre Trio Elétrico! Rarará! É tanto tributo pra pagar que um amigo meu fica triputo! Triputo da vida! E sabe por que tributo se chama tributo? Porque vem de três em três. De manhã chegam três, à tarde chegam mais três e, à noite, 33! É mole?

O governo precisa lançar um novo PAC: Programa de Ajuda ao Contribuinte!

Senão vou entrar em rebelião. Que nem na cadeia. Vou botar fogo no colchão. Não vou pagar porra nenhuma. IPN: Imposto de Porra Nenhuma! Como disse o outro: acabaram com o imposto do cheque e incluíram no contracheque!

Aliás, não vamos nem falar nisso... Pra não dar ideia pra Dilma. Dizem que ela já foi vista numa sessão espírita com as mãozinhas em cima da mesa branca: “CPMF, VOCÊ TÁ AÍ?” Rarará!

O que eu vou fazer é rezar para o ano acabar logo... Não vejo a hora de chegar o Carnaval! Ueba!